



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **3002837-74.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **Thiago Phelipe Sirino**
Requerido: **Hélio Theodoro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor cobra do réu quantia em dinheiro para ressarcimento de danos que teve em acidente de trânsito provocado por um cachorro que pertenceria a ele.

O réu em contestação negou que o aludido animal fosse seu, esclarecendo que não possui nenhum até porque tem uma filha portadora de asma e trabalha em casa com gêneros alimentícios.

O autor não se pronunciou sobre a contestação ofertada (fl. 34) e tampouco demonstrou interesse no alargamento da dilação probatória (fls. 35 e 39).

Diante do quadro delineado, a rejeição da pretensão deduzida é de rigor.

Com efeito, tocava ao autor fazer prova dos fatos que trouxe à colação, na esteira do que dispõe o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil, mas ele não se desincumbiu desse ônus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O Boletim de Ocorrência que instruiu o relato exordial foi confeccionado com explicação unilateral do autor, o qual outrossim não quis produzir prova oral que pudesse eventualmente respaldar o que asseverou.

Nesse contexto, a ligação entre o réu e o animal que deu causa ao acidente não restou minimamente patenteada, de sorte que não se vislumbra qualquer responsabilidade sua para o ressarcimento dos danos suportados pelo autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**